

A. I. Nº - 298924.0922/02-6
AUTUADO - RODOVIÁRIO SCHIO LTDA.
AUTUANTE - ANANIAS JOSÉ CARDOSO FILHO
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 20/03/2003

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0071-03/03

EMENTA: ICMS. PASSE FISCAL. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA SAÍDA DAS MERCADORIAS DO TERRITÓRIO BAIANO. Segundo a legislação em vigor, a falta de comprovação da saída de mercadorias transitando acompanhada de Passe Fiscal autoriza a presunção de que foram entregues em território baiano. Entretanto, o autuado acostou documentos que comprovam que as mercadorias constantes no Passe Fiscal, objeto desta autuação, foram efetivamente entregues aos seus destinatários em outros Estados. Infração não caracterizada. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado, em 08/09/02, para exigir o ICMS no valor de R\$13.358,56, acrescido da multa de 100%, em decorrência da falta de comprovação da saída de mercadoria do território baiano, quando houver transitado acompanhada de Passe Fiscal de Mercadorias, autorizando a presunção de que ocorreu sua entrega neste Estado, conforme Termo de Apreensão e Ocorrências e Passe Fiscal acostados aos autos.

O autuado apresentou defesa, à fl. 24, requerendo a “baixa do passe fiscal nº 2002.08.10.07.35/IIC8847 referente ao auto 298924.0922/02-6 conforme documentos de defesa em anexo”.

A auditora designada para prestar a informação fiscal (fl. 71), afirma que “da leitura dos autos, e da análise cuidadosa dos documentos anexos às fls. 25 a 65, depreende-se que assiste razão à Autuada”, tendo em vista que os documentos apresentados “correspondem exatamente aos previstos no artigo 960, parágrafo 2º, inciso I do RICMS aprovado pelo decreto nº 6.284/97, descritos como capazes de elidir a presunção de internalização das mercadorias neste Estado”. Diante do exposto, opina pela improcedência do Auto de Infração, já que o contribuinte comprovou que as mercadorias referidas na autuação saíram do território baiano, “a despeito do primoroso trabalho fiscal”.

VOTO

O presente Auto de Infração foi lavrado para exigir o ICMS em decorrência da falta de comprovação da saída de mercadorias do território baiano, tendo transitado acompanhada de Passe Fiscal de Mercadorias, o que autoriza a presunção legal de que ocorreu sua entrega neste Estado.

O autuado, em sua peça defensiva, apenas pede a baixa do Passe Fiscal a que se refere este lançamento, “conforme os documentos em anexo”.

A auditora designada para prestar a informação fiscal (fl. 71) opina pela improcedência da autuação, tendo em vista que os documentos apresentados “correspondem exatamente aos previstos no artigo 960, parágrafo 2º, inciso I do RICMS aprovado pelo decreto nº 6.284/97, descritos como capazes de elidir a presunção de internalização das mercadorias neste Estado”.

Efetivamente, o autuado, às fls. 25 a 65, apresentou, como salientado pela auditora fiscal, todos os documentos previstos pela legislação para comprovar que as mercadorias referidas na autuação saíram do território baiano e, sendo assim, entendo que é indevido o débito ora exigido.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 298924.0922/02-6, lavrado contra **RODOVIÁRIO SCHIO LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de março de 2003

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE/RELATORA

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR